**Artigo de opinião solicitado pela Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe**

**Elaborado por Lúcio Neto Amado**

**São Tomé, Abril de 2011.**

**A Cidadania – uma espreitadela aos «cantos» das cidades são-tomenses**

 A cidadania pode, nalgumas circunstâncias, ser considerada um “estado de espírito” intrínseco a qualquer cidadão. A expressão «nalgumas circunstâncias» é aqui referida devido ao facto do cidadão anónimo, ter a percepção de que existem, atribuições que são da estrita competência do Estado[[1]](#footnote-2) e outras que cabem aos cidadãos, conjugando esforços na busca incessante de uma sociedade que se pretende equilibrada.

 As atribuições do Estado passam pela resolução de problemas que vão surgindo no quotidiano de uma sociedade minimamente organizada. A construção e a conservação de infra-estruturas, nomeadamente, hospitais, escolas, estradas, energia, água potável, aeroporto, etc., a resposta rápida às situações de catástrofe natural e outras calamidades para além da defesa do território nacional – em caso de ameaças de guerra – devem ser monitorizadas pelo Estado. O Estado deve ter uma política [feita arte] consentânea com o que os cidadãos esperam da sua actuação, sobretudo porque a política “(…) *não é a arte do possível, mas a arte de tornar o possível necessário*”[[2]](#footnote-3).

 A problemática que provavelmente mexe mais com o chamado homem de rua, tem a ver com a “agressão”[[3]](#footnote-4) aos elementos da cultura nacional e pela quase ausência de regras, de valores morais e cívicos, pela ética, que grassam na fragilizada e indefesa sociedade são-tomense. Alguns autores defendem a ideia peregrina de que a população raciocina em função de princípios morais e culturais.

 Os traços da nossa cultura nomeadamente a(s) língua(s) e a imitação dos modelos parentais, devem ser identificados e transmitidos, ainda no seio da família. A complementaridade desse acto passa fundamentalmente pela escola e pelas outras instituições sociais, consideradas por alguns estudiosos, como escolas paralelas.

 Quando falamos de ética, projectamos, grosso modo, princípios considerados universais e, experiências que têm a ver com a racionalidade e o bem no seio da sociedade. A moral, a ética e a cultura andam no mesmo patamar puxando, regra geral, no mesmo sentido. O que varia é o contexto, ou seja, a sociedade onde esses valores são efectivamente aplicados.

As sociedades não podem, de maneira alguma ser consideradas, entidades abstractas. Elas devem esgrimir um punhado de normas, princípios, ética, valores e, serem capazes de, ao mesmo tempo, possibilitar aos cidadãos uma espécie de “carta de intenções”, que traga lá dentro princípios da tolerância, da solidariedade, dos direitos humanos.

**A cidadania ou o acto de se ser cidadão**

 Antes de mais convém explicitar em traços largos, o que é de facto a cidadania, essa palavra «mágica» que surge actualmente, com muita frequência, nas sociedades mais desenvolvidas – sobretudo nos países ocidentais, EUA, Europa, Canadá – no discurso de políticos, de empresários, do cidadão comum e, acima de tudo, nas instituições como a família e a escola.

 O dicionário define cidadania como a “qualidade de ser cidadão”[[4]](#footnote-5). Contudo, para melhor se conhecer o percurso calcorreado pela cidadania, temos que recuar no tempo e no espaço, apontando como marco principal, dois períodos cruciais na história da civilização face a este conceito.

O primeiro período surge na Antiga Grécia e vai até ao advento da modernidade e o segundo período começa, justamente a partir da modernidade, tendo como pano de fundo a Revolução Francesa, ocorrida em pleno século XVIII, mas concretamente no ano de 1789.

É lugar-comum atribuir-se a «paternidade» da cidadania à Antiga Grécia. É por isso que a prática efectiva da cidadania teve a sua primeira expressão no cenário da polis em Atenas. O primeiro autor a sistematizar e desenvolver uma teoria do que é a cidadania foi Aristóteles.

 A comunidade ateniense entendia a educação como o ponto alto da sua existência contratando para esse fim iminentes pedagogos que recolhiam jovens nas praças, transmitindo-lhes através da formação, matérias relacionadas com «artes da política», «gestão da cidade» e a «arte da virtude».

**O papel do cidadão na Antiga Grécia e no Império Romano**

Se na Antiga Grécia a cidadania era vista numa lógica exclusiva, no Império Romano, essa lógica tinha um carácter manifestamente de inclusão.

Os gregos valorizavam muito o estatuto de desigualdade ou seja, eles entendiam que as mulheres e os escravos ou bárbaros eram não cidadãos. Em Roma, a cidadania tinha na época da república uma concepção semelhante a da Grécia. No entanto, a situação altera-se no tempo de Roma imperial, onde a cidadania passou a ser um instrumento fundamental do «controlo social e participação», de acordo com a filosofia expansionista que caracterizava esse potentado chamado Roma.

Em Atenas o cidadão estava no centro de toda a dinâmica de cidadania. Aristóteles sublinhava que “*o que distingue um cidadão das outras pessoas era a sua participação em processos de julgamentos e decisões públicas*”[[5]](#footnote-6), ou seja o autor entendia que a participação na comunidade política constitui o elemento chave da cidadania.

**Visita aos «cantos» das nossas cidades**

A história da civilização do homem[[6]](#footnote-7) girou, no fundo à volta de grandes cidades, nomeadamente na Mesopotâmia[[7]](#footnote-8) (cidade de Ur) e na Babilónia onde terão surgido as primeiras cidades-estado com um estatuto autónomo e independente. A poderosa civilização Maia teve o seu maior alicerce nas cidades que eram tidas como um templo.

No nosso país, quando se fala de cidade, o cidadão comum, ou melhor dizendo, o homem de rua, associa, de uma maneira geral, essa ideia de cidade à cidade-capital[[8]](#footnote-9) na ilha maior [São Tomé] e a cidade de Santo António [Príncipe].

 Essas duas cidades surgiram ainda no tempo da dominação colonial. Após a independência surgiram novas cidades obedecendo à nova divisão política e administrativa do país. Assim, na zona norte foi criada a cidade de Neves capital do distrito de Lembá; a cidade de Guadalupe, capital do distrito de Lobata. No centro emergiu a cidade da Trindade, capital do distrito de Mé-Zochi. Na zona sul, a cidade de Santana, capital do distrito de Cantagalo e a cidade de São João dos Angolares, capital do distrito de Caué, completou o ramalhete.

Embora se tenha criado essas novas cidades no país, uma parte da população continua a chamar cidade, apenas a essas duas urbes que trazem consigo um sem número de oportunidades e de possibilidades para se fazer negócio, para se estudar, para se ter no fundo, melhor informação acerca do país.

Uma grande parte da população são-tomense ainda não conseguiu “digerir” a ideia da existência de várias cidades, sobretudo, porque têm como padrão, a cidade de São Tomé, local onde acontecem «coisas». É na capital onde existem palácios [presidencial, do Governo, da Justiça], Serviços Públicos, mercados onde os negócios fluem com maior rapidez, Liceu e ensino particular (ambos com todos os graus de ensino a funcionar, do Básico até à 12ª classe) Ensino universitário, bibliotecas. A cidade capital é no fundo o centro de todas as decisões.

A cidade de Santo António também tem esses centros, embora funcionem no âmbito regional. Existe um aeroporto, o palácio do Governo Regional, mercado, Centro Cultural, etc.,.

**Uma cidade que está a perder a ideia de «Quinté» herdada dos nossos pais**

A cidade[[9]](#footnote-10) de São Tomé está em franca mudança. Encontra-se descaracterizada face aos novos desafios que se colocam a qualquer cidade, fruto desse fenómeno extraordinário, surgido a nível planetário a que se dá o nome de globalização.

O século XXI tido como o século da comunicação contribui de uma forma célere no acesso que o cidadão consegue ter em tempo real sobre as notícias difundidas ao nível planetário. A «caixa mágica» que é a televisão, a Internet e a comunicação global, permitem, hoje atitudes que, se por um lado são perniciosas para a vida dos cidadãos em comunidade, por outro lado, informa, na hora e ao pormenor, acerca de tudo que se passa em qualquer parte do mundo.

São perniciosos porque o cidadão são-tomense está em sintonia com o cidadão «global» em tempo real, quer seja através de notícias, de telenovelas, de filmes, da Internet. Os aspectos e as solicitações que encontram no seu quotidiano fazem dele um cidadão global com todas as consequências e a implicação que isso representa na sua globalização caseira. A solidariedade que é criada a esse nível funciona como virtual uma vez que ela é psicologicamente manifestada com outro cidadão de paragens, que por vezes nem sequer se conhece. O que resta para a solidariedade caseira é extremamente limitado.

Na cidade de São Tomé os grandes temas como a tolerância, a solidariedade, o respeito pelo próximo, o civismo, andam distante do que nós pretendemos. A linguagem que se utiliza, passando pela observância de regras, pelos direitos humanos, esboroa numa simples atitude ou gesto verbal desferido [na rua, na escola, no “Hiace”] por um jovem, por um adulto e, mesmo por algumas crianças que ainda frequentam o Ensino Básico.

A cidade está irreconhecível. Aquela que é considerada a nossa «sala-de-visitas», esse mágico percurso que vai do aeroporto, Baía de Ana Chaves, Praia da PM, antigo Clube Náutico, estrada de Pantufo até à Praia Melão, está muito maltratada. Essa extensa orla da marginal embelezada pelo mar está agonizante, merecendo por isso uma forte intervenção das autoridades. Os cidadãos devem, como beneficiários principais, fazer, também a sua parte.

Tudo o que se vem dizendo em relação à cidade de São Tomé, também se aplica, [embora se deva contextualizar] à cidade de Santo António, no Príncipe cujas autoridades têm que gerir um complicado fenómeno chamado a «dupla insularidade».

A cidade como espaço de lazer, de convívio, mas também de observância dos direitos e deveres, deve proporcionar aos cidadãos equipamentos para poder, nas horas de descontracção, fazer caminhada, jogging, e outras actividades físicas.

Essas atitudes são, ainda, perniciosas porque no nosso caso, elas vêm bloquear em muitos aspectos, os princípios que norteavam o nosso «quinté», fazendo claudicar por completo o espírito de generosidade que era apanágio desse espaço comunitário por excelência.

 **O que é um «quinté»?**

«Quinté» é uma expressão da língua nacional forro que significa literalmente quintal. Contudo, essa expressão é muito mais que um simples quintal dito “normal”. Actualmente, nota-se que os “quintés” estão a desaparecer, fruto de uma suposta modernidade que campeia no seio de uma certa camada da população. O “quinté” é um espaço nobre e requintado, que congrega uma série de casas de um determinado clã familiar. Existe um espírito muito forte de comunidade no seio do “quinté”. Local de respeito, de solidariedade, onde os actos de cidadania eram praticados até à exaustão.

A socialização das crianças e dos adolescentes era feita sem sobressaltos, num ambiente onde se cultivam as virtudes da amizade, da verdade, da justiça, da coragem. Todos os membros do clã participavam na formação dos jovens. Aprendiam-se as regras de boa educação, o respeito pelos adultos, os hábitos de estudo eram incutidos como forma potenciadora de conseguir-se mais tarde um trabalho.

Nos «quintés» obedecia-se muito àquele ditado popular africano que diz que “ *é necessária toda uma aldeia para educar bem uma criança*”. Nesse espaço [«quintés»] cultivavam-se vários conjuntos de relações, sendo as relações de proximidade uma das mais importantes.

 Os anciãos, como guardiães da sabedoria e do conhecimento popular, representavam assim a grande “biblioteca”[[10]](#footnote-11) e transmitiam através da oralidade todas as passagens familiares e da sociedade que já vinham do tempo dos seus antepassados. Eles [os anciãos] eram tratados com todo o respeito e com carinho, sobretudo porque os cabelos brancos representam muito. Sempre que algum homem quisesse namorar ou desposar uma mulher de um determinado “quinté” tinha, antes de tudo, de obedecer a alguns rituais sociais, que hoje em dia, estão em vias de extinção em todo o território do arquipélago de São Tomé e Príncipe.

**Cidade-capital: uma urbe tímida e amedrontada?**

Uma cidade ou urbe (.…) “ *é uma área urbanizada, que se diferencia de vilas e outras entidades urbanas através de vários critérios, os quais incluem população, densidade populacional ou estatuto legal, embora sua clara definição não seja precisa, sendo alvo de discussões diversas*”[[11]](#footnote-12).

Começa a haver alguns sinais, embora tímidos de alguma violência e todos os problemas a ela associadas, na cidade de São Tomé. Existem pessoas, sobretudo do sexo masculino a venderem produtos tão estapafúrdios que, em condições normais, não lhes permitirá sobreviver condignamente. Os quiosques proliferam em quase todas as zonas, quer sejam dentro da cidade como nas zonas limítrofes. Será que toda essa gente consegue fazer negócio, nesta «babel» de venda de produtos? É preciso não perder de vista que a população não tem poder de compra para todos esses negociantes. O que fazer?

As ruas da cidade estão sujas e esburacadas. Os passeios constituem autênticas armadilhas para os desprevenidos e incautos cidadãos que circulam numa cidade sem iluminação nocturna digna desse nome. E os invisuais e outros deficientes, qual será a sua situação? Felizmente surgiu um edifício novo na cidade, sito na zona de Ponta Mina, que foi construído de raiz com a preocupação de, também servir os deficientes. Tem uma rampa adaptada para o efeito, como aliás se vêem nos edifícios de grandes cidades. Bem-haja.

Na zona da padaria Miguel Bernardo, nos dois mercados municipais, na antiga casa de venda de gelo, na Praça da Independência, em frente à Igreja da Conceição, na Rua «Morta», na Rua da ENCO, no Parque Popular, dentro e fora do Hospital, enfim, estes são pequenos exemplos, que ilustram a timidez dessa bonita e amedrontada cidade.

Bem traçada e feita com todo o gosto, a cidade de São Tomé, fundada há mais de quatrocentos anos, passou a ser, na actualidade, uma cidade onde não existe a preocupação de se fazer o seu ordenamento. Existem barracas de madeira, lixo, má conservação dos edifícios públicos[[12]](#footnote-13) que estão a ser esventrados por entidades que nada constroem de raiz, mas fazem remendos a “mata-pau” como diz o cantor Pêpê Lima.

Torna-se urgente a conservação dos edifícios existente nas cidades de São Tomé e de Santo António, pois esses edifícios fazem parte da nossa História colectiva, pois representam um património que representa a herança colonial.

A grande concentração demográfica existente na(s) cidade(s) provoca, sem sombras de dúvidas a falta e o declínio da qualidade de vida dos cidadãos. Muitos cidadãos que, fizeram o percurso da roça para a cidade, repetindo um fenómeno antigo, conhecido por êxodo rural, que ocorreu no século XIX em plena Revolução Industrial[[13]](#footnote-14), estão a (re)criar uma nova forma de se encarar o urbanismo em São Tomé e Príncipe.

 A música «Lóça na tê bê fá ê» do cantor Lindex ilustra bem essa dramática e complexa situação existente na capital. É que isso trás por arrastamento o enfraquecimento do capital social, faz com que a coesão social tenha também uma fraca implantação, que vem despoletar todo esse ruído social à volta da amedrontada cidade.

A nossa cidade parece uma autêntica “selva” urbana, onde a palavra tolerância parece não existir. Não há passadeiras, não se respeitam as crianças, as mulheres e os mais idosos. Alguns cidadãos que se deslocam de carro, moto ou bicicleta, pensam que a estrada foi feita só a pensar, particularmente em cada um deles. Insultos, buzinadelas e todo o tipo de impropérios são lançados a todo o momento e em todas as ocasiões. Fazer necessidades fisiológicas em zonas impróprias tornou-se um hábito encarado com toda a … normalidade.

 Curiosamente já temos «hora de ponta» numa cidade com a dimensão da nossa. Torna-se necessário começar-se a pensar na instalação de semáforos como forma de disciplinar o trânsito. Dentro de dois/três anos não será possível deslocar-se de carro dentro da cidade, dado o número de viaturas que se vêem circular. A procura de soluções para a instalação de transportes públicos poderá ser uma das muitas formas de se contornar o problema.

A cidade de Santo António no Príncipe tem algumas características que a diferenciam da sua congénere são-tomense. Ela apresenta-se sempre de «cara» lavada, ou seja a cidade está limpa, os cidadãos têm a preocupação de não deitar papéis e lixo para o chão, o que já é um bom sinal. No resto a cidade padece de problemas semelhantes aos de São Tomé, mas só que a dimensão e a escala são menores.

O que parece que nos poderá salvar é, justamente, a aposta forte na educação e na formação. É de acordo com esse desiderato que a disciplina de educação para a cidadania constitui o «pilar» que vai sustentar o «edifício» de todo o nosso sistema de ensino. Temos que dotar as nossas escolas, de professores qualificados, com programas e currículos que sejam adaptados as nossas idiossincrasias como povo e como cidadãos que buscam uma democracia plena para todo o país[[14]](#footnote-15).

Temos que apostar numa cidadania intercultural elegendo para o caso o diálogo entre culturas e apostar nas boas relações entre os nossos «quintés», que apesar de tudo vão aparecendo esparsamente em quase todos os locais.

Os preconceitos devem ser banidos como forma de integração e não de exclusão. É também necessário não perder de vista a preservação e o consequente investimento na qualidade ambiental. É a natureza que nos dá a chuva, a fruta-pão, as mangas, o safú, as bananas e a jaca com que todos deliciamos, sem fazer grandes esforços para a sua produção.

 As nossas praias servem para banhar e para fazer, de uma forma disciplinada, piqueniques, ou tomar pequenos lanches. Quem utiliza a praia não deve deixar lixo para os outros limparem. A praia é de todos, serve para o lazer e o ócio e não para se fazerem “coisas” fora de comum, que todos detestamos.

Agora que os cidadãos são, novamente chamados para decidirem o pleito eleitoral para as presidenciais, existem nas nossas cidades spots publicitários que dizem… “RECENSEAR É EXERCER A CIDADANIA”. Vamos então exercer, todos a cidadania: ganha a família[[15]](#footnote-16), ganha o cidadão, ganha o país, ganham os são-tomenses na diáspora e ganha quem nos vem visitar como turistas e também como amigos.

Exercer essa cidadania é, por excelência, uma atitude que estimula à lucidez.

Lúcio Neto Amado

1. O Estado, “(…) que os cidadãos legitimam e financiam, existe para cumprir funções de soberania, defesa e ordem públicas, administração da justiça e correcção das desigualdades sociais aberrantes”.

M. Sousa Tavares in crónica do Jornal Expresso de 07 de Agosto de 2010 (Lisboa). [↑](#footnote-ref-2)
2. Adid D. Jatene, médico brasileiro e ex-ministro da Saúde, in Revista Carta Capital de 22/12/2010. [↑](#footnote-ref-3)
3. Essa “agressão” é desferida subtilmente por alguns agentes que constituem a nossa sociedade. Esses agentes existem e convivem connosco no dia-a-dia. Identificá-los, cabe a cada cidadão que sente que a «nossa» cultura está a ser maltratada e ultrajada, no leve-leve do nosso contentamento. Basta ver, a título de exemplo, a situação lastimável a que estão relegadas as línguas nacionais mais faladas como seja o Forro, o Linguyé, o Angolar entre outras. Agora, fala-se, com alguma frequência, nalguns círculos intelectuais do país na … «são-tomensidade»! [↑](#footnote-ref-4)
4. Dicionário da Língua Portuguesa (1984), 6ª edição, Porto, Porto Editora, pág. 354. [↑](#footnote-ref-5)
5. NOGUEIRA, C., et SILVA, I., (2001) “Cidadania – construção de novas práticas em contexto educativo”, Edições ASA, Porto, pág. 15. [↑](#footnote-ref-6)
6. O início da urbanização da Humanidade surge, cerca de 6000 a. C., com a construção das muralhas de Jericó. [↑](#footnote-ref-7)
7. Cerca de 3500 a. C., surgem, na Mesopotâmia, as primeiras cidades-estado. Uruk, no actual Iraque, terá sido a cidade mais antiga do mundo. Ao longo do Vale do Indo, no Paquistão, surgem [cerca de 2000 a. C.,] Moenjodaro, Harappa e Catal Huyuk, cidades comparáveis com as da Mesopotâmia. **Fontes**: Livros “The City” e “Timelines of History”/ Revista The Economist”, citado in Revista VISÃO, nº 667, 15 a 21 Dezembro de 2005., pág. 26. [↑](#footnote-ref-8)
8. «Poçon» é a designação que se dá a palavra cidade na língua mais falada no arquipélago, o Forro. [↑](#footnote-ref-9)
9. A WIkipédia (enciclopédia livre) de 02 de Abril de 2011, refere que o termo “cidade” é geralmente utilizado para designar uma dada entidade político-administrativa urbanizada. [↑](#footnote-ref-10)
10. Existe uma máxima popular africana, atribuída a Hampatê Bâ, que diz que “quando morre um velho acaba-se uma biblioteca”. [↑](#footnote-ref-11)
11. Extraído de *WIKIPÉDIA – A enciclopédia livre,* de 02 de Abril de 2011. [↑](#footnote-ref-12)
12. Basta ver os edifícios, das Finanças, o Palácio da Justiça, o antigo Liceu D. João II [hoje Escola Preparatória], o edifício da antiga Imprensa Nacional, o emblemático prédio do Banco Central entre outros, na cidade de São Tomé e, os dois edifícios que estão [abandonados] perto da Rádio regional do Príncipe, o edifício do Sporting do Príncipe, etc. Este repto não é nenhuma crítica, mas sim uma chamada de atenção para quem de direito zelar por um dos nossos mais representativos patrimónios deixados por 500 anos de colonização europeia. Refira-se que até o único? edifício (digno desse nome) surgido no pós-independência, o Palácio dos Congressos, está numa agonia sem precedentes. [↑](#footnote-ref-13)
13. Em 1800, a Revolução Industrial torna Londres a primeira cidade com um milhão de habitantes. No ano de 1950, Nova Iorque é a única cidade do mundo com 10 milhões de habitantes. Em 2006, existe mais de metade da população a viver em cidades. [↑](#footnote-ref-14)
14. Um “(…) país com um poder político hostil à prática das virtudes não oferece as condições de base para o desenvolvimento do carácter dos cidadãos. Um poder político hostil à prática das virtudes é, por exemplo, um poder político favorável à corrupção, clemente para com o crime organizado ou fomentador de rivalidades étnicas”. MARQUES, Ramiro (2008), “A cidadania na Escola”, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 20 – 21. [↑](#footnote-ref-15)
15. A família, não está, nalguns casos, estruturada no arquipélago de São Tomé e Príncipe. Logo de início, a presença do pai, na esmagadora maioria dos lares, prima quase sempre pela ausência. As crianças começam, muito cedo a lidar com uma complexa realidade que é: logo à nascença, não é registada, por nenhum dos progenitores; ou só a mãe é que a regista como filho de pai incógnito. As mães sozinhas não conseguem dar conta de recado na educação dessas indefesas crianças. [↑](#footnote-ref-16)